

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 923 DO CONSELHO PLENO

01 Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta
02 minutos, realizou-se a Sessão Plenária nº 923, sob a presidência da **Conselheira**
03 **Presidente Sueli Aparecida de Paula Mondini**. Contou com a presença das Conselheiras
04 Titulares Carmen Lucia Bueno Valle, Fátima Aparecida Antonio no exercício da
05 titularidade, Karen Martins de Andrade, Lucimeire Cabral de Santana no exercício da
06 titularidade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Maria Selma de Moraes Rocha, Marina
07 Graziela Feldmann e Marta de Betania Juliano e das Suplentes Helena Singer, Luci Batista
08 Costa Soares de Miranda e Silvana Lucena dos Santos Drago. Justificaram ausência as
09 Conselheiras Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro e Emília Maria Bezerra
10 Cipriano Castro Sanches e os Suplentes Antonio Rodrigues da Silva, Bahij Amin Aur,
11 Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani e Maria Adélia Gonçalves Ruotolo. No **Expediente**
12 **da Presidência, a Conselheira Sueli Mondini** deu as boas-vindas a todos, declarou aberta a
13 Sessão Plenária e colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária nº 922, de 12.09.2019,
14 que foi aprovada. No **Expediente da Presidência**, a Presidente **Conselheira Sueli Mondini**
15 passou aos **Avisos e Comunicados: 1.** relatou o recebimento de solicitação de apoio do
16 CME à carta elaborada pelo CACS FUNDEB que manifesta publicamente em favor do
17 Fundo e apresenta pontos para um Novo FUNDEB, sendo aprovado por unanimidade.
18 Passando à **Ordem do Dia:** A Presidente **Conselheira Sueli Mondini** deu as boas-vindas ao
19 Professor Eduardo Cezar da Silva, Presidente da UNCME São Paulo e ressaltou a satisfação
20 de contar com sua presença. Em seguida, passa a palavra ao Professor Eduardo Cezar para
21 proferir palestra sobre o Financiamento da Educação, vinculação de recursos e sobre o
22 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
23 Profissionais da Educação – FUNDEB. Primeiramente ele agradece o convite e externa o
24 prazer de estar neste Conselho mais uma vez para falar de um assunto tão importante.
25 Comenta o quanto o CME de São Paulo é atuante e, aproveitando a oportunidade, solicita
26 apoio a outros Conselhos do Estado. Reforçou também a importância da intersecção dos
27 Conselhos que compõem a educação municipal, em especial os CACS, CAE e CME, e a
28 possibilidade de reuniões conjuntas contribuindo, assim, para a melhora na qualidade da
29 Educação Pública. O Prof. Eduardo aproveita a oportunidade para convidar o nosso
30 Conselho para o Encontro Estadual de Conselhos Municipais de Educação que acontecerá
31 em Piracicaba nos dias 29 e 30 de outubro, cujo tema é o Papel Normatizador e
32 Propositivo dos Conselhos Municipais na Educação Infantil. Também realizou o convite
33 para o Encontro Nacional de Conselhos Municipais de Educação, que discutirá o
34 Financiamento Público e a Universalização do Direito à Educação Pública, que acontecerá
35 em Aracaju nos dias 04, 05 e 06 de novembro. Entrando na discussão do Financiamento
36 Público e a Universalização do Direito à Educação Pública socialmente referenciada, o
37 Prof. Eduardo iniciou questionando o que sustenta a defesa do repasse federal de 40%, e
38 que é necessário embasarmos a discussão, pois muitos agentes apontam que há muito

39 dinheiro aplicado na educação. Diversos CACS FUNDEB demonstraram que há falta de
40 verba e, até o momento, existe um consenso sobre o FUNDEB ser permanente, mas não
41 há quanto ao aporte financeiro. O Prof. Eduardo lembra os Direitos Sociais, com base no
42 artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e o Direito à Educação como pilar. Relembrou
43 os princípios do Ensino, que são a igualdade de condições, a liberdade, o pluralismo de
44 ideias, a gratuidade, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e a garantia de
45 padrão de qualidade. Passando a questão do que é permitido gastar com educação,
46 conforme LDB, artigo 70, apontou a remuneração e aperfeiçoamento de pessoal;
47 aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos; o uso e
48 manutenção de bens e serviços; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando
49 precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; realização de
50 atividades meio; compra de material didático-escolar; concessão de bolsas de estudo;
51 manutenção do transporte escolar e, finalmente, amortização e custeio de operações de
52 crédito. Posteriormente, o Prof. Eduardo citou todas as situações em que não é permitido
53 utilizar repasses destinados à educação, tais como pesquisas não vinculadas, subvenção a
54 instituições assistenciais, desportivas e culturais, programas suplementares de
55 alimentação, assistência médica e quaisquer formas de assistência social, obras de
56 infraestrutura do município e pagamentos de trabalhadores da educação em desvio de
57 função. Passando à Estrutura e Fontes de Financiamento, o Prof. Eduardo apresentou a
58 cesta de impostos que compõem o financiamento da Educação, com ênfase para o ICMS
59 imposto que, proporcionalmente, é o maior arrecadador para o FUNDEB. Porém, a
60 arrecadação do ICMS está em declínio desde o segundo governo do Presidente Fernando
61 Henrique Cardoso, o que demonstra a falta de políticas de empregabilidade. A **Conselheira**
62 **Maria Selma** acrescentou que há outros fatores para o declínio na arrecadação do ICMS
63 tais como, por exemplo, a reforma trabalhista. O Prof. Eduardo reforça o quanto o ICMS é
64 importante e que devemos observar a sua evolução. Posteriormente, apresentou gráficos
65 comparativos de investimento por aluno em alguns países, demonstrando o quanto o
66 Brasil precisa avançar. Além disso, o Prof. Eduardo comparou, graficamente, a arrecadação
67 de impostos por ente federativo e seus respectivos investimentos em educação. A
68 **Conselheira Selma** lembrou que alguns municípios dependem dos repasses da União, pois
69 não arrecadam, enquanto outros estão comprometidos, e que relacionar arrecadação e
70 investimento por ente federativo não é algo linear, pois a União tem muitas outras
71 atribuições. O Prof. Eduardo reforçou que o montante repassado aos municípios via
72 FUNDEB não pode ser restrito para o pagamento de folha, e que devemos defender a
73 utilização do fundo para outros pontos. Diante desta fala, a **Conselheira Selma** convida o
74 Prof. Eduardo, enquanto Presidente da UNCME, para o ato suprapartidário em defesa da
75 Educação Pública do dia 02 de outubro em Brasília, e que a entidade possa defender a
76 Educação junto aos muitos grupos unidos à pauta. O Prof. Eduardo agradece o convite e
77 completa que, se a pauta é a defesa da Educação, a UNCME compõe. Encerrada a fala do
78 Prof. Eduardo Cezar da Silva, a **Conselheira Fátima** faz a entrega de uma lembrança. Por
79 fim, nada mais havendo a tratar, a Presidente **Conselheira Sueli Mondini** agradece a

Ata da 923ª Sessão Ordinária do Pleno – 19/09/2019

80	disponibilidade do Prof. Eduardo e encerra a sessão. A Ata foi lavrada por Mayra Regina
81	Vidal e será assinada pelas Conselheiras presentes, depois de aprovada. São Paulo, 19 de
82	setembro de 2019

CONSELHEIROS TITULARES:

- 1 - Sueli Aparecida de Paula Mondini (Presidente)
- 2 - Carmen Lucia Bueno Valle (Vice-Presidente).....
- 3 - Karen Martins de Andrade.....
- 4 - Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
- 5 - Maria Selma de Moraes Rocha.....
- 6 - Marina Graziela Feldmann
- 7 - Marta de Betania Juliano.....

SUPLENTES:

- 1 - Fatima Aparecida Antonio.....
- 2 - Helena Singer.....
- 3 - Luci Batista Costa Soares de Miranda
- 4 - Lucimeire Cabral de Santana.....
- 5 - Silvana Lucena dos Santos Drago